



MUNICÍPIO DE
VISEU

CONTRATO

Contrato nº: 215 - UOCP/DSP/2019

**CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS: PAQ.260/2019–INT-CMV/2019/17200-
Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das Instalações do Mercado 2 de Maio e
Parque Urbano de Santiago**

PARTES

PRIMEIRO OUTORGANTE:

Identificação: **Município de Viseu**

Cartão de Pessoa Coletiva nº: 506 697 320

Endereço / sede: Praça da República, 3514 – 501 Viseu

Endereço Eletrónico: geral@cmviseu.pt

Representado por Exm^a Sr^a. Vice-presidente, **Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo**

Habilitação: com competência delegada nos termos do nº 2 do artigo 36º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro e despacho **070/P** datado de 02/08/2019, emitido no uso da sua competência

SEGUNDO OUTORGANTE:

Identificação: **GIS Segurança Privada Unipessoal, Lda.**

Cartão de Pessoa Coletiva nº 505 079 100

Endereço / sede: Rua José Saramago nºs 110/124, 4430-691 Oliveira Douro – Vila Nova de Gaia

Endereço Eletrónico: geral@gissegur.com

Representado por: [REDACTED]

Habilitação: Representante Legal

Número de Identificação Civil: [REDACTED]

CLAUSULAS

Primeira: Objeto

O presente contrato tem por objeto principal a “**Prestação de Serviços de Segurança e Vigilância das Instalações do Mercado 2 de Maio e Parque Urbano de Santiago**”, conforme nossas condições de procedimento, caderno encargos e Vossa proposta, juntos ao processo.

Segunda: Preço contratual

1. Pela Prestação dos Serviços, objeto do contrato o primeiro outorgante obriga-se a pagar à segunda outorgante a quantia de **73.950,00€** (setenta e três mil novecentos e cinquenta euros).
2. Aos valores mencionados no número anterior, acrescerá o IVA à taxa legal em vigor.
3. O pagamento do encargo previsto no número anterior será efetuado conforme o estipulado no artº 299º do CCP, aprovado pelo Dec. Lei nº 18/2008 de 29 de Janeiro.
4. O Segundo Outorgante obriga-se a emitir a factura, devendo fazer menção aos seguintes dados, consoante o caso e sem prejuízo daqueles que forem legalmente exigidos
 - a. N.º da encomenda, requisição externa ou contrato;
 - b. A descrição dos bens fornecidos, incluindo a quantidade, ou dos serviços prestados;
 - c. Unidade orgânica requisitante;
 - d. Endereço da unidade orgânica / entidade contratante.
5. A factura a que se refere o número anterior deve ser remetida para a morada do primeiro outorgante.

Terceira: Prazo de Execução

1. O prazo do presente contrato é de 10 meses e vigorará a partir da data da assinatura do contrato, de acordo com o Caderno de Encargos.
2. O contrato mantém-se em vigor até à conclusão da prestação dos serviços objeto do contrato em conformidade com os respectivos termos e condições e o disposto

na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação do contrato.

Quarta: Ajustamentos aceites pelo adjudicatário

Não foram propostos ao adjudicatário quaisquer ajustamentos.

Quinta: Prestação de caução e regime de liberação

1. Não Aplicável

Sexta: Previsão orçamental e repartição de encargos

A despesa do presente contrato será satisfeita pela dotação orçamental com a classificação económica 02 020218.

Ao presente contrato corresponde, nos termos do disposto no nº 3 do art. 5º da Lei nº 8/2012, de 21 de fevereiro, que aprova as regras aplicáveis à assunção de compromissos e aos pagamentos em atraso das entidades públicas, alterada e republicada pela Lei nº 22/2015, de 17 de março, o compromisso válido e sequencial nº **50418** de **17/10/2019** e conferido em **17/10/2019**.

No presente contrato há repartição plurianual de encargos.

Sétima: Resolução de litígios – foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato referente quer à sua interpretação, ou execução, fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Viseu, com expressa renúncia a qualquer outro.

Oitava: Comunicações e notificações

1. Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para a sede contratual de cada uma.
2. Qualquer outra alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

Nona: Gestor do contrato

1. Nos termos da despacho de **22/10/2019**, foi designado gestor do contrato a Sr.(a) **Nelson Seco**, com as funções de acompanhamento da execução do presente



contrato, bem como a avaliação do desempenho do cocontratante execução financeira, técnica e material do contrato.

Décima: Contagem dos prazos

Os prazos previstos no contrato são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias de feriados.

Décima primeira: Documentos integrantes do contrato

Nos termos do nº 2 do artigo 96º do CCP, fazem parte integrante deste contrato os seguintes documentos:

- a) Os suprimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada.
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário.

2 – Em case de divergência entre os documentos referidos no nº anterior e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, nos termos do nº 6 do artº 96º do CCP

Décima segunda: Atos habilitantes

1. O ato de adjudicação foi aprovado por despacho de **22 de Outubro de 2019** da Exmª Srª. Vice-Presidente da Câmara Municipal, Maria da Conceição Rodrigues de Azevedo, no Procedimento por Consulta Prévia, nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 20º do CCP, na redação do Dec.-Lei 111/2017-B de 31 de Agosto que regula o presente concurso, identificado com a referência **PAQ.260/2019 – INT-CMV/2019/17200**.
2. A minuta do contrato foi aprovada em **22/10/2019**, pelo mesmo órgão referido no número anterior.

Décima terceira: Cessão da posição contratual por incumprimento do Cocontratante

Em caso de incumprimento pelo cocontratante, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, o contraente público pode optar, pela resolução do contrato nos termos do artigo 333º do CCP, ou pela cessão da posição contratual do cocontratante, gratuitamente, pela forma regulada no artigo 318º-A do CCP.

2. A cessão da posição contratual prevista no número anterior, carece de aceitação pelo concorrente do procedimento adjudicatório.

Décima quarta: Concorrência

Em caso de indícios de conluio, o Município de Viseu, contactará a Autoridade da Concorrência, adc@concorrencia.pt.”

Décima quinta: Omissões

Em tudo quanto for omissão no presente convite, observar-se-á o disposto no CCP (aprovado pelo Dec.-Lei n.º 18/2008 de 29 de Janeiro, alterado e republicado pelo Dec.-Lei 111-B/2017 de 31 de agosto), e restante legislação aplicável.

Viseu, 04 de Novembro de 2019

PRIMEIRO OUTORGANTE

SEGUNDO OUTORGANTE

Redigido por :
Anabela Amaral, Técnico Superior da UOCP